Câmera Municipal Rio 1880 a)
PROTOCOLO
Projeto do Lei Nº 06 /2015 Minosi, Pr. 21 /02 /2015
Mass, Pr. 21 /02 /2025
Muli de Zondato
YESYO (

LEI Nº 005 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA O EXERCÍCIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE MISSAL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município de Missal para o exercício financeiro de 2025 no valor de até R\$ 2.084.000,00 (dois milhões e oitenta e quatro mil reais) para suplementar os seguintes programas:

07.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE 07.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Art. 2º - Como recursos para cobertura do crédito aberto de que trata o artigo anterior, será utilizado o provável excesso de arrecadação do Convênio Estadual da Secretaria de Estado das Cidades – SECID Nº 630/2024 e o superávit do Balanço de 2024, das fontes de recursos conforme segue e de acordo com o previsto no artigo 43, § 1º, incisos I e II da Lei Federal nº 4320/64:

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MISSAL, 21 DE FEVEREIRO DE 2025

Adilto Luis Ferrari Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de Lei trata da autorização legislativa para que o Poder Executivo efetue a abertura de crédito adicional Suplementar no orçamento geral do Município de Missal para o exercício financeiro de 2025 no valor de até R\$ 2.084.000,00 (dois milhões e oitenta e quatro mil reais) visando dar suporte a execução de obra de construção de um CMEI — Centro Municipal de Educação Infantil no Distrito de Portão Ocoí, através de convênio celebrado com o Governo do Estado.

O Convênio nº 630/2024 – SECID, celebrado com a Secretaria de Estado das Cidades, tem como objeto a construção de um CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil no Distrito de Portão Ocoí, com valor total de R\$ 2.083.634,77 (dois milhões e oitenta e três mil e seiscentos e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos), cabendo ao Governo do Estado destinar o valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e ao Município, como forma de contrapartida, destinar o valor de R\$ 583.634,77 (quinhentos e oitenta e três mil e seiscentos e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos).

Já foi feita suplementação para o mesmo objeto em 2024, através da Lei nº 1.828 de 28 de agosto de 2024. Foi aberto o processo licitatório – Concorrência eletrônica nº 017/2024 em 30 de agosto de 2024. Porém, no decorrer do processo, a referida licitação foi suspensa devido à identificação de um erro de quantitativo na planilha orçamentária, especificamente nos serviços extras de alvenaria, divisórias, muros e fechos.

O ambiente descrito é composto por dois módulos de 6,0 m x 4,8 m (28,8 m² de área interna), com pé-direito interno de 3,0 m, uma porta de acesso externo de alumínio, duas janelas de funcionamento, cortinas, pontos de iluminação LED, tomadas, um ponto de 220 V para o ar-condicionado, um condicionador de ar Split Inverter de 18.000 BTUs, uma iluminação de emergência, uma placa de "Saída" e piso revestido com manta vinílica. No entanto, foi constatado que, na planilha, consta apenas 1 módulo, enquanto o correto são 4 módulos, correspondentes a 4 salas de aula.

Dessa forma, foi necessário entrar em contato com a SECID – Secretaria do Estado das Cidades para que essas alterações e as correções fossem realizadas na planilha orçamentária e nos documentos relacionados à licitação. Com isso, o valor do Convênio aumentou de R\$ 1.766.533,69(um milhão e setecentos e sessenta e seis mil e quinhentos e trinta e três reais e sessenta e nove centavos), para R\$ 2.083.634,77 (dois milhões e oitenta e três mil e seiscentos e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos).



Como foi necessário que todas essas alterações fossem incluídas no convênio, através de novo cronograma, novo plano de trabalho, foi feito um termo aditivo no mesmo, o que fez com que não fosse possível realizar nova licitação ainda em 2024.

Sendo assim, como não existe dotação especifica para a obra no orçamento de 2025, faz-se necessária a abertura de Crédito Adicional Suplementar, objeto do presente Projeto de Lei.

Sendo o exposto e na certeza da aprovação do projeto, desde já agradecemos. Cordialmente,

Adiito Luis Ferrari Prefeito Municipal